

Músicos e músicas das comunidades quilombolas gaúchas na arena das políticas afirmativas

Luciana Prass
Doutoranda em Etnomusicologia/UFRGS¹
luciana.prass@gmail.com

Sumário:

Essa comunicação visa compartilhar alguns dados de minha pesquisa em andamento na área de Etnomusicologia, desenvolvida no âmbito de três comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul: *Casca*, *Rincão dos Negros* e *Morro Alto*. Com foco nos efeitos da implementação de políticas afirmativas no Brasil pós-Constituição Federal de 1988, através de observação participante, de práticas musicais compartilhadas e do diálogo com músicos, mestres e dançantes quilombolas, discuto semelhanças e diferenças constitutivas de identidades sonoras que refletem cultural e socialmente estes grupos marcados etnicamente pelo paradigma africano, mas transformados pelas fricções com a sociedade envolvente.

Palavras-Chave: etnomusicologia, comunidades quilombolas, políticas afirmativas.

Introdução

Como descendente de alemães, não foi sem surpresa que tomei pé do grande contingente de afro-descendentes vivendo no Rio Grande do Sul, tido como um “estado europeu”, ou “branco” e, nesse sentido, considerado “diferente” do restante do Brasil. Na época eu iniciava minha pesquisa de mestrado em uma escola de samba de Porto Alegre e, impactada, fui sendo introduzida a uma rede imensa de pessoas e práticas culturais conectadas a esse grupo socialmente invisível para mim até esse momento.

O choque não foi menor, anos depois, ao constatar a existência de mais de cem comunidades quilombolas espalhadas pelo estado, especialmente nas zonas rurais. Essas “comunidades negras” ou “terras de preto” como eram conhecidas no Rio Grande do Sul e em outras partes do Brasil, em sua maioria, existem desde o final do século XIX e até bem pouco tempo atrás eram desconhecidas da maioria da população, vivendo com acesso precário de água encanada, tratamento de esgotos, educação e saúde, e até ausência de luz elétrica.

Foi com a Constituição de 1988, após anos e anos de intensa luta política dos movimentos sociais no Brasil, em especial do Movimento Negro organizado, que as comunidades quilombolas ganharam maior visibilidade no contexto do país. Assegurada na *Carta Magna* a titularização das terras às comunidades remanescentes de quilombos que as estivessem ocupando, um grande movimento iniciou no país para reconhecimento e mapeamento dessas comunidades, e posterior elaboração de laudos antropológicos através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)².

No Rio Grande do Sul (RS), os primeiros laudos antropológicos para reconhecimento das comunidades quilombolas começaram a ser realizados apenas a partir de 2000³. Das mais de cem

¹ Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS, sob orientação da Profa. Dra. Maria Elizabeth Lucas.

² Dados da Fundação Cultural Palmares apontam a existência de 743 áreas de remanescentes de quilombos no Brasil. A população gira em torno de dois milhões de habitantes e está distribuída, segundo estimativa, em 30 milhões de hectares. No momento, apenas 72 comunidades quilombolas do Brasil têm a titulação das suas terras (Cardoso, 2004, p. 1).

³ Os primeiros laudos antropológicos realizados no RS foram de Ilka Boaventura Leite (2000, 2002), realizado em Casca, na região de Mostardas no extremo sul do estado; de Daisy Macedo de Barcellos *et al.* (2004), em Morro Alto, no litoral norte; e de José Carlos Gomes dos Anjos e Sergio Baptista da Silva (2004), nos quilombos de São Miguel e Rincão dos Martimianos na região central do RS. Outras referências importantes são os trabalhos de Roseane Rubert (2005), que mapeou várias comunidades do estado, bem como a tese de doutorado de Iosvaldyr Bittencourt Junior (2006) sobre o maçambique de Osório.

comunidades quilombolas mapeadas no estado, até o momento nenhuma delas recebeu o título definitivo de suas terras, mas a experiência de organização social e luta política de cada comunidade pelo seu reconhecimento como “remanescente de quilombos”, tem alterado radicalmente suas rotinas: antropólogos passaram a conviver com as comunidades para a realização de laudos antropológicos, integrantes do governo visitam as comunidades de tempos em tempos para explicar as políticas do Estado, diferentes Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm atuando na promoção de oficinas de saúde, cultura, agricultura e desenvolvimento sustentável, e integrantes do Movimento Negro têm atuado junto a elas para contribuir na organização de suas associações comunitárias.

Para refletir sobre esse momento de intensa implementação de políticas afirmativas no país e da conseqüente maior visibilidade das comunidades quilombolas frente à sociedade envolvente, as práticas musicais oferecem uma “janela aberta”, como sugere o etnomusicólogo norte-americano Thomas Turino (2000: 4), por tratarem-se de um meio direto de expressão de valores, identidades, e relações sociais. Nesse sentido, a abordagem etnomusicológica fornece um referencial teórico privilegiado para subsidiar essa reflexão. Assim, sob essas bases estabeleci o foco de meu projeto de tese em andamento na área de Etnomusicologia: refletir sobre os efeitos da implementação de políticas afirmativas no Brasil pós-Constituição Federal de 1988 em relação às comunidades quilombolas gaúchas, através de suas práticas musicais, no presente etnográfico.

Parte 1 - Os campos, os personagens, a metodologia do encontro etnográfico

Depois de percorrer diversas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul em busca de grupos e indivíduos envolvidos em práticas musicais, três comunidades emergiram como espaços privilegiados para a reflexão etnomusicológica e aceitaram minha inserção como musicista e pesquisadora: *Casca*, em Mostardas; *Morro Alto*, em Osório; e *Rincão dos Negros*, em Rio Pardo.

Casca, na região de Mostardas, foi a primeira comunidade quilombola do Rio Grande do Sul reconhecida como "remanescente de quilombos" (em 2001). No passado, *Casca* teve um "Ensaio de Promessa" (ritual afro-católico semelhante ao maçambique de Osório do qual tratarei em seguida) hoje, porém, vivo apenas na memória dos *casqueiros*. A música que hoje anima as festas e os tempos de descanso da lida no campo é a “música gaúcha” ou “gauchesca”. Sua versão eletrificada, a “Tchê Music” tem também um grande alcance especialmente entre as crianças, adolescentes e jovens da região, e bailes/shows que acontecem nas vizinhanças da comunidade são muito concorridos.



Figura 1: Dona Severina e Seu Sebastião, a Rainha Jinga e o Rei do Congo de Osório com duas meninas maçambiqueiras no colo, para pagamento de promessas (outubro de 2006)

Osório é a cidade para onde migraram grande parte dos quilombolas do *Morro Alto*, fugindo das pedreiras que tomaram as terras do quilombo com o consentimento do poder público local. Porém, ao migrarem para a cidade levaram consigo o "maçambique". Conhecido em outras partes do Brasil como "congada" ou "congadas de negros", o maçambique de Osório remonta ao século XIX e é um ritual afro-católico, dedicado à adoração de Nossa Senhora, com participantes intergeracionais (crianças, jovens, adultos, idosos), especialmente homens. As mulheres têm dois papéis principais no ritual: o de Rainha Jinga (Rainha Jinga, em honra a Nzinga Mbandi Ngola – 1587-1663) e o de "Alferes da Bandeira", responsável por carregar e cuidar da bandeira da santa durante o ritual.

A comunidade quilombola de *Rincão dos Negros*, localizada na região de Rio Pardo, nos últimos dez anos, aproximadamente, começou a recuperar seu “quicumbi”, prática musical que também remonta ao

século XIX, mas que foi interrompida, segundo alguns moradores, nos anos 60 do século XX e só retomada nos anos 90 por trabalho de Seu Joci David, recentemente falecido. Em suas palavras, "*o quicumbi era a primeira dança que os velhos dançaram depois da abolição da escravidão [em 1888], para celebrar a liberdade*" (Seu Joci, comunicação pessoal em setembro de 2007).



Figura 2: Seu Joci e Adair David (na frente) e os demais integrantes da Dança do Quicumbi do Rincão dos Negros (maio de 2006)

Os principais colaboradores dessa pesquisa têm sido os instrumentistas, tamboreiros, cantores, dançantes, coordenadores e/ou mestres de grupos (de *Quicumbis*, de *Maçambiques*, de *Ternos de Reis*, etc), todos esses, atores sociais que vivenciam a música de uma maneira diferenciada. No trabalho de campo, compartilhando práticas musicais com o violão e as percussões⁴, realizando observações acompanhadas de diários de campo, entrevistas, fotografias e gravações em áudio e vídeo, tenho aprendido com os quilombolas sobre suas práticas musicais preferidas, seus repertórios e sobre os sentidos dessas escolhas. Como chama a atenção o sociólogo francês Michel Bozon (2000: 153), para descrever a música realizada por grupos distintos não é suficiente tratar seu repertório em suas especificidades técnicas, mas principalmente “mostrar qual o estilo de vida e de sociabilidade colocado em ação com [determinada] prática musical”.

Parte 2 – O que se aprende com o ouvido

No início de 2006, em minhas primeiras idas a campo para conhecer as comunidades quilombolas do estado eu tinha a expectativa de encontrar uma profusão de tambores e tamboreiros. Essa expectativa inicial em encontrar tambores como únicos objetos sonoros da cultura material dos grupos, o que remeteria a certos repertórios e a certas formas de fazer música, e mais, de imaginar as comunidades quilombolas como um grupo cultural unitário e coeso, “afro” em sua origem e, portanto, conectado na minha imaginação a certas práticas estereotipadas, não passava de uma rede de visões essencialistas equivocadas.



Figura 3: Zé da Gaita e Seu Dedê, de Casca; Eva, do IACOREQ⁵ e a pesquisadora.

⁴ O violão e as percussões que carrego comigo têm sido instrumentos importantes de aproximação com os quilombolas e do desvelamento de minha identidade de musicista e pesquisadora frente a eles. Tocando juntos compartilhamos dificuldades técnicas, repertórios, acordes, melodias, ritmos, estéticas e visões de mundo.

⁵ Eva Terezinha Rodrigues de Melo Cardoso é integrante do IACOREQ: Instituto de Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Em seu livro “O Atlântico Negro”, o sociólogo inglês Paul Gilroy (2001: 18) critica veementemente “o poder coercitivo e autoritário” que percebe os afro-descendentes de diferentes partes do mundo e suas práticas sensíveis “não apenas contingentemente similares, mas permanentemente e irredutivelmente” as mesmas. Para Gilroy, “os racismos que codificaram a biologia em termos culturais têm sido facilmente introduzidos com novas variantes que circunscrevem o corpo numa ordem disciplinar e codificam a particularidade cultural em práticas corporais” (Ibidem: 19). Seu conceito de diáspora vai contra essas formas essencializadas de perceber as identidades sociais no sentido que, para o autor, “diferenças dentro do coletivo em questão não podem ser indefinidamente reprimidas em prol de que se maximize as diferenças entre esse grupo em particular e os outros” (Ibidem: 17).

Conectar invariavelmente as comunidades afro-descendentes a certas práticas como, por exemplo, ao uso de tambores, é conseqüência desse essencialismo. O trabalho de campo nas comunidades quilombolas do RS vem apontando para um processo de retomada das *músicas dos antigos* mas, ao mesmo tempo, o espectro tão variado de repertórios e instrumentos musicais que estou encontrando, aponta para práticas musicais também múltiplas, heterogêneas e hibridizadas, demonstrando formas diferenciadas de vivência da etnicidade e da identidade quilombola.

A etnografia multi-situada (Marcus, 1998) nas três comunidades está demonstrando que o Estado, através da implementação de ações decorrentes da instituição do artigo 68 da Constituição Federal do Brasil (de 1988), que garantiu o direito à terra aos remanescentes de quilombos, vem ocasionando a necessidade desses grupos exacerbarem suas diferenças étnicas. A hipótese que se configura é que devido à visibilidade crescente das comunidades quilombolas no Brasil, especialmente na última década, elas estão refletindo sobre si mesmas, reconstituindo suas histórias, suas práticas, em um processo de auto-percepção e etnogênese.

Após mais de um século de árdua negociação inter-étnica das comunidades quilombolas com o entorno, elas estão buscando retomar as músicas aprendidas *com os mais velhos, nos tempos da escravidão* ou *logo depois da Abolição* porque, na conjuntura atual, essa postura reforça sua identidade enquanto um grupo etnicamente diferenciado. Nesse processo, as memórias musicais coletivas estão sendo recriadas e redescobertas. Ao mesmo tempo, essas memórias de práticas “tradicionais”, “ancestrais”, dialogam com as sonoridades regionais, construídas no borrar de fronteiras com outros grupos étnicos, e com as músicas das mídias, gerando uma multiplicidade de outras práticas, aparentemente desconectadas ao que seria essencialmente “afro-brasileiro”.

Gilroy (2001) chama de “antimodernidade” ao conceito que, sob seu ponto de vista, não significaria uma tradição “pura” ou a manutenção de uma africanidade pré-colonial, mas antes um tipo de postura que, através da consciência do passado, alimenta as vivências contemporâneas onde as expressões culturais são retomadas e ressemantizadas.

Se passamos por um momento em que a etnicidade era entendida como um processo de categorização em que diferença social produzia diferença cultural gerando, no campo da música, homologias que ligavam um estilo musical específico a uma estrutura social também específica, a teoria etnomusicológica contemporânea aponta para um momento no qual as práticas musicais são interpretadas como produtoras de diferenças em um contexto plural e extremamente complexo de relações sociais. Segundo o antropólogo Martin Stokes,

a performance musical tem sido vista cada vez mais como um espaço no qual significados são gerados e não simplesmente ‘refletidos’; marcas étnicas, como outras, são produtos da negociação de processos múltiplos e historicamente constituídos de construção das diferenças (Stokes, 2001: 22).

Considerações finais

No momento atual desse projeto de pesquisa, em que sigo realizando trabalho de campo sistemático nas comunidades quilombolas de *Casca*, *Rincão dos Negros* e *Morro Alto*, estou buscando aprimorar a reflexão sobre essas diferentes formas de vivência da etnicidade que as práticas musicais de cada grupo explicitam. E essas práticas musicais e seus praticantes têm me levado a conhecer outros âmbitos da vida comunitária: a lida no campo, sua organização política através das associações comunitárias, seus valores, memórias e sonhos de futuro. Como concluir um trabalho acadêmico – uma tese de doutorado – que possa fazer sentido também para esses grupos que, generosamente, contam suas histórias e compartilham suas sonoridades com os pesquisadores que os estudam, é o desafio que se coloca como meta.

Referências bibliográficas

- Anjos, José Carlos Gomes dos & Silva, Sergio Baptista da (org.) (2004). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade e territorialidade negra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Barcelos, Daisy Macedo de. *et al.* (2004). *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Bittencourt Junior, Iosvaldyr (2006). *Maçambique de Osório entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquaia*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tese de Doutorado.
- Bozon, Michel (2000). Práticas musicais e classes sociais: estrutura de um campo local. *Em Pauta*, V. 11, N. 16-17, abr./nov. [147 – 174].
- Cardoso, Oscar Henrique (2004). Terras do Quilombo Kalunga serão regularizadas. Fundação Cultural Palmares/Comunicação Social/MinC. Disponível em <<http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=2079825>>. Acessado em 11 de julho de 2008.
- Gilroy, Paul (2001). *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34 (1ª. Ed. 1993).
- Leite, Ilka Boaventura (2000). *Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania*. Laudo Antropológico. Florianópolis: NUER/Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. (2002). *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Marcus, George E. (1998). Ethnography in/of the World System – The emergence of Multi-sited Ethnograph *Ethnography Through Thick & Thin*. Princeton: Princeton University Press (1ª. Ed. 1995). [79 – 104].
- Rubert, Roseane A. (2005). *Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: RS Rural, Brasília: IICA.
- Stokes, Martin (2001). Ethnomusicology – IV: Contemporary theoretical issues. In: Sadie, Stanley & Tyrrell, John. *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*. London: MacMillan. [21-30].
- Turino, Thomas (2000). *Nationalists, Cosmopolitans and Popular Music in Zimbabwe*. Chicago: The University of Chicago Press.